

Jornal da



APESP 75
anos

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 110 | ABRIL – JUNHO 2024



Na luta pela autonomia, Advocacia Pública mostra união e força no Congresso Nacional em dia histórico

AUTONOMIA

Autonomia Já: pelo interesse público e em prol da sociedade brasileira!

O dia 14 de maio de 2024, mais do que uma data, tornou-se um emblema do sonho de uma Advocacia Pública Nacional e unida. De forma histórica, lotamos o Congresso Nacional, com mais de 400 Advogados Públicos federais, estaduais e municipais para, em voz uníssona, pleitear a aprovação da autonomia orçamentária das PGEs e da AGU.

A justa reivindicação ganhou guarida e corpo com a proposta de emenda constitucional do Deputado Carlos Sampaio (PSD-SP), parlamentar parceiro e amigo de todas as horas da APESP e dos Procuradores, que, após sugestão da ANAPE e nossa, apresentou, em 13 de maio, a PEC 17/2024, que propõe a autonomia orçamentária das PGEs e da AGU.

Nesse sentido, conclamamos a todos, associados, dirigentes de entidades de classe e – de forma mais imprescindível ainda – o Advogado da União, os Procuradores Gerais dos Estados e os Procuradores Gerais dos Municípios a se engajarem nessa importante luta pela autonomia da Advocacia Pública Nacional.

O caminho será longo e desafiante, mas o trilharemos com a certeza do bom combate e de estarmos do lado certo dessa quadra histórica!

Outro fato marcante para a nossa Instituição ocorreu em nossa Assembleia Legislativa de São Paulo. Os Deputados estaduais, a quem agradeço especialmente em nome do Presidente da Casa, André do Prado, do Vice-presidente Gilmaci Santos e do Deputado Jorge Caruso, aprovaram o PLC 23/2024, sancionado pelo Governador Tarcísio de Freitas e convertido na Lei Complementar nº 1.399, que criou a tão aguardada licença compensatória para os Procuradores do Estado de São Paulo.

A aprovação dessa medida, além de corrigir uma injustiça histórica, elevará a PGE-SP a um novo patamar de grandeza Institucional para os Procuradores do Estado de São Paulo. A par dessa merecida conquista, a APESP reafirma o seu compromisso com a isonomia remuneratória entre todos os seus associados e que sempre lutará por uma remuneração digna e condizente com a qualidade e dedicação de todos os Procuradores da ativa e dos aposentados que construíram essa Instituição.

A ALESP aprovou também no mês de maio o PLC 24/2024 (convertido na Lei Complementar Nº 1.400), que acrescenta como atribuição dos Procuradores do Estado de São Paulo a representação dos agentes públicos do Poder Executivo, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, nas ações judiciais e nos processos administrativos relativos aos atos praticados no exercício regular do cargo, desde que condicionados à prática de ato em consonância com orientação formal emitida pela PGE-SP.

Essa nova função carecerá de uma regulamentação muito criteriosa para que os Procuradores do Estado de São Paulo tenham clareza do espectro de sua atuação, que deve ser norteada sempre em observância à legalidade, à impessoalidade e ao interesse público.

Dando continuidade às comemorações aos 75 anos da APESP, entregamos no último trimestre a "Comenda Jubileu de Diamante" aos Procuradores do Estado, Luiz Duarte de Oliveira, Augusto de Campos e Fernanda Dias Menezes de Almeida.

Externamente, laureamos o Prefeito de Araraquara Edinho Silva, o Presidente do TJ-SP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, e o Ministro do STF, Cristiano Zanin, por suas contribuições à Advocacia Pública brasileira.

Como sempre, visamos à construção de pontes entre as Instituições o que, no meu entender, engrandecerá em muito a importância de nossa APESP no cenário jurídico e político nacional.

O último trimestre nos trouxe muitos avanços e mudanças. Nesse sentido, acredito que devamos todos buscar a sinergia entre nossos associados, em um esforço comum, para o engrandecimento de nossa PGE-SP e de nossa APESP.

José Luiz Souza de Moraes

PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2024 | 2025

PRESIDENTE

José Luiz Souza de Moraes

VICE-PRESIDENTE

Vera Wolff Bava

SECRETÁRIA GERAL

Isabelle Maria Verza

DIRETOR FINANCEIRO

Fabrizio de Lima Pieroni

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Tatiana Gaiotto Madureira

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Julio Rogerio Almeida de Souza

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Ana Paula Ferreira dos Santos

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS
E INSTITUCIONAIS

Alexandre Ferrari Vidotti

DIRETOR DO INTERIOR E DEMAIS
UNIDADES FORA DA CAPITAL

Carlos Roberto Marques Junior

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Conrado Luiz Ribeiro Silva Barros

CONSELHO ASSESSOR

Amilcar Aquino Navarro

Carlos José Teixeira de Toledo

Cintia Oréfice

Evelyn Moraes de Oliveira

Francisco Carlos Moreira dos Santos

Yara de Campos Escudero Paiva

CONSELHO FISCAL

Paulo David Cordioli

Rafael de Oliveira Rodrigues

Vanderlei Ferreira de Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial

FOTOS

Ricardo Lucas e

Acervos APESP e ANAPE

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 10/6/2024

ALESP aprova PLC 23/2024 e cria a licença compensatória – um dos principais pleitos dos Procuradores de São Paulo

Projeto foi sancionado pelo Governador Tarcísio de Freitas em 28 de maio e convertido na Lei Complementar nº 1.399



RODRIGO ROMEU/ALESP

Sessão plenária da Assembleia que aprovou o PLC 23/2024 em 14 de maio

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, em 14 de maio, o PLC 23/2024 – convertido na Lei Complementar nº 1.399 –, que altera a LOPGE para criar a possibilidade de licença compensatória em virtude do desempenho das atribuições do cargo em condições de excesso de serviço pelos Procuradores do Estado de São Paulo.

“Após anos de imensa luta, a carreira obteve uma enorme vitória para os Procuradores e Procuradoras do Estado de São Paulo. A criação dessa licença compensatória corrige uma histórica injustiça e nos engrandece como Instituição e como carreira jurídica do Estado. Agradeço à Procuradora Geral, ao Gabinete e ao nosso Governador por compreender a importância desse nosso pleito”, comemorou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.



MOVIMENTO



**PGE
FORTALECE**

EM DEFESA DE QUEM DEFENDE SÃO PAULO

Movimento Fortalece PGE

A vitória vem ao encontro do lançamento, em 22 de março, no Conselho da PGE-SP, do “Movimento Fortalece PGE – em defesa de quem defende São Paulo”, que elencou com um dos pleitos com “prioridade zero” a criação da licença compensatória – à época, ainda nos termos do PLC 31/2017, que acabou não prosperando.

Trabalho na ALESP em prol da licença compensatória

Desde o início da tramitação do PLC 31/2017, a APESP manteve uma forte mobilização na ALESP pela conscientização da importância da criação da licença compensatória, participando de inúmeras audiências com Deputados e Lideranças de todas as correntes partidárias.

Apenas em 2024, foram mantidos encontros com o Presidente da ALESP, Deputado André do Prado (PL); o 1º Vice-presidente da ALESP, Deputado Gilmaci Santos (REPUBLICANOS); Deputado Paulo Fiorilo, líder da Federação PT/PCdoB/PV; Deputado Eduardo Nóbrega, líder do PODEMOS; Deputado Carlos Cezar, líder do PL e relator da PEC 01/2024 na CCJ; Deputado Barros Munhoz (PSDB); Deputada Edna Macedo (REPUBLICANOS); Deputado Jorge Caruso (MDB); Deputado Thiago Auricchio; entre outros.

Trabalho junto ao Executivo

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, e a Procuradora Geral, Inês Coimbra, reuniram-se em 4 de janeiro, no Palácio dos Bandeirantes, com o Secretário da Casa Civil do Governo de São Paulo, Arthur Lima. Em pauta, entre outros temas, a necessidade da criação da licença compensatória na PGE-SP.

Destaque-se ainda que em dezembro de 2023 a Diretoria da Associação já havia sido recebida pelo Secretário de Governo e Relações Institucionais, Gilberto Kassab, outro ator político de extrema relevância no Governo paulista, para tratar da mesma questão.

“Agradecemos o trabalho realizado pelo GPGE junto ao Legislativo e, principalmente, junto ao Governador para a aprovação desse projeto de lei, que é motivo de grande comemoração!”, conclui o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.



APESP parabeniza a Procuradora Geral pela aprovação do PLC 23/2024

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, esteve, em 17 de maio, na sede da PGE-SP, para parabenizar a Procuradora Geral do Estado de São Paulo, Inês Coimbra, pela aprovação do PLC 23/2024. “A aprovação dessa medida, além de corrigir uma injustiça histórica, elevará a PGE-SP a um novo patamar de grandeza Institucional para os Procuradores da ativa e aposentados. Em nome de toda a carreira, quero lhe agradecer, dra. Inês”, exaltou Moraes.

PLC 24 altera a LOPGE para que PGE-SP possa defender agentes públicos

Em 28 de maio, a ALESP aprovou o PLC 24/2024 (convertido na Lei Complementar Nº 1.400/2024), que acrescenta como atribuição dos Procuradores do Estado de São Paulo a representação dos agentes públicos do Poder Executivo, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, exceto das universidades públicas, nas ações judiciais e nos processos administrativos relativos aos atos praticados no exercício regular do cargo, emprego ou função, desde que condicionados à prática de ato em consonância com orientação formal emitida pela PGE-SP.

Na luta pela autonomia, Advocacia Pública mostra união e força no Congresso Nacional em dia histórico

O dia 14 de maio de 2024 entrou para a história da Advocacia Pública brasileira: centenas de Advogados Públicos federais, estaduais e municipais lotaram o Congresso Nacional para uma mobilização pela Autonomia da Advocacia Pública.

“Demos uma incrível demonstração de união e força. Em um dia inesquecível, foi possível vislumbrar uma Advocacia Pública una e brasileira, pronta para lutar por condições para poder trabalhar ainda mais e melhor em prol de nossa população”, ressaltou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

A data foi precedida por um marcante fato. O Deputado Federal Carlos Sampaio (PSD-SP) protocolou, em 13 de maio, na Câmara dos Deputados, a PEC 17/2024, que “acrescenta o artigo 132-A e altera o artigo 168 da Constituição Federal, para conferir autonomia orçamentária às Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e à Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados” (acesse o inteiro teor em <https://bit.ly/4amfy8t>).

A proposta, que foi sugerida pela ANAPE e encampada pelo parlamentar da bancada paulista, conseguiu 178 assinaturas – sete (7) a mais das 171 necessárias para a apresentação de uma emenda constitucional.

“Agradecemos ao Deputado Carlos Sampaio por entender a importância do pleito para a sociedade brasileira e por atuado intensamente, com apoio de nossas entidades de classe, para conseguir o apoio dos demais parlamentares”, registrou Moraes (leia entrevista do parlamentar na página 08).

Delegação paulista na mobilização

A delegação paulista, formada por dezenas de Procuradores e Procuradoras, com apoio da APESP, marcou presença durante todo o dia na mobilização. Os colegas de São Paulo reuniram-se com os seguintes parlamentares e autoridades :

- Deputado Baleia Rossi (SP), líder do MDB;
- Deputado Orlando Silva (PC do B-SP);
- Deputado Alex Manente (CIDADANIA-SP);
- Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP);
- Deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS);
- Deputado Leo Prates (PDT-BA);
- Diretor Geral da Câmara, Celso de Barros Correia Neto.



Advogados Públicos lotam o Salão Negro do Congresso Nacional

Ao todo, somando as delegações dos demais Estados, foram realizadas mais de 100 audiências com Deputados de todas as bancadas da Câmara.

A Associação foi representada pelo Presidente José Luiz Souza de Moraes; pela Secretária Geral, Isabelle Maria Verza; pelo Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni; pela Diretora de Esportes e Patrimônio, Ana Paula Ferreira dos Santos; pela Diretora de Comunicação, Ilanna Sofia Santos Soeiro Silva; pelos Conselheiros Assesores, Amilcar Navarro e Carlos Toledo; e pelo Conselheiro Fiscal, Paulo Cordioli.



Dirigentes da APESP e Delegação de São Paulo com os Deputados Alex Manente (CIDADANIA-SP) e Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP)



Com o Deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS)



Com o Deputado Orlando Silva (PC do B-SP)



Com o Deputado Baleia Rossi (SP), líder do MDB



Com o Deputado Leo Prates (PDT-BA)

Ato Solene no Salão Negro do Congresso Nacional

No meio da tarde, as comitivas de Advogados Públicos de todo o país, Deputados Federais e Senadores reuniram-se no Salão Negro do Congresso Nacional, mostrando a força da mobilização da Advocacia Pública nesse dia histórico. O Presidente da ANAPE, Vicente Braga, deu início à solenidade: “com essa mobilização nacional de mais 400 colegas do Brasil inteiro, a Advocacia pública sairá desse parlamento muito fortalecida. Estamos pleiteando uma autonomia para poder administrar o orçamento da nossa casa e fazer a devida gestão de nossas Instituições para entregar à sociedade as políticas públicas efetivas, que foram eleitas com os nossos governantes”, salientou.



Deputado Antonio Brito: “estarei ao lado de vocês e trabalharei pela aprovação dessa proposta”

Evento Preparatório na OAB Nacional

Antes do movimento no Congresso Nacional, foi realizado um evento preparatório no auditório da OAB Nacional, quando o Deputado Antonio Brito (BA), líder do PSD – partido do autor da PEC 17/2024 – marcou sua presença.

“Estarei ao lado de vocês e trabalharei pela aprovação dessa proposta. Acredito nessa causa e entendo a função dos Advogados Públicos. Estou comprometido e entusiasmado em servir a Advocacia Pública”, ressaltou o parlamentar, que buscará ser o relator da proposta na Comissão Especial a ser instalada.

Com a palavra, os parlamentares!

Na solenidade, diversos parlamentares se pronunciaram em apoio à causa da autonomia da Advocacia Pública e à PEC 17/2024:

“A autonomia da Advocacia Pública valoriza o papel de cada um de vocês e das Instituições. Afirma a sua independência financeira para gerir as suas contas e propor seus próprios investimentos, permitindo com isso que a Advocacia Pública seja valorizada. Hoje é um grande dia e esperamos que a PEC chegue ao Senado.”

Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

“Temos nos empenhado sempre no esforço pelo de fortalecimento da Advocacia Pública. Todas as medidas que forem nesse sentido, terão nosso apoio. Podem contar conosco.”

Deputado Carlos Zaratini (PT-SP)

“O Dia Nacional de Mobilização pela Autonomia da Advocacia Pública poderia ter muitos sinônimos. Dia pela Proteção dos Direitos Fundamentais. Dia pela Eficiência da Administração Pública. Dia pelo bom uso dos Recursos Públicos e do Combate à Corrupção. Todos esses são mecanismos inerentes à Advocacia Pública e que dão mais eficiência ao funcionamento do Estado.”

Deputado Orlando Silva (PC do B-SP)

“Quando falamos de Mobilização pela Autonomia da Advocacia Pública, é porque, infelizmente, reconhecemos que nossos Advogados Públicos federais, estaduais e municipais têm tido, muitas vezes, dificuldades para devolver à sociedade o serviço público de qualidade que nós merecemos. Por isso, contem comigo sempre para mantermos uma Advocacia Pública forte, reconhecida e valorizada.”

Deputado Pedro Aihara (PRD-MG)

“É primordial que as funções essenciais à Justiça sejam valorizadas”

Confira a entrevista com o Deputado Federal Carlos Sampaio (PSD-DP), autor da PEC 17/2024.

Jornal da APESP – Qual o motivo do senhor ter encampado a proposta apresentada pela ANAPE e pela APESP de autonomia orçamentária das PGEs e AGU?

Carlos Sampaio - Ao apresentarmos a presente PEC, nos pautamos pela necessidade de se permitir à Advocacia Pública ter autonomia para definir onde seus recursos devem ser gastos. A PEC não confere independência às Procuradorias ou iniciativa de lei, apenas garante autonomia para gestão do orçamento, para a correta estruturação do órgão. Meu entendimento é de que o pleito é legítimo e corrige uma distorção na legislação atual.

Jornal da APESP - Em sua avaliação, como essa autonomia, no caso de aprovação da PEC 17, beneficiará o interesse público e a sociedade paulista?

Carlos Sampaio - A autonomia permitirá à Advocacia Pública direcionar, com muito mais eficiência, seus recursos para as áreas mais carentes, eliminando um gargalo que por vezes dificulta o aperfeiçoamento do órgão, além de possibilitar a correta aplicação dos recursos dentro do seu planejamento estratégico em áreas como a tecnologia, o que agilizará em muito o trâmite dos processos. Enfim, estamos convencidos de que a mencionada autonomia refletirá em melhores condições para atender ao estado de São Paulo e à sociedade paulista.

Jornal da APESP - O senhor é oriundo do Ministério Público. Qual a importância de valorizar e sedimentar as carreiras essenciais à Justiça?

Carlos Sampaio - Uma Justiça efetiva é pedra basilar do Estado democrático de Direito. Para tanto, é primordial que suas funções essenciais sejam valorizadas, ouvindo-se os operadores do Direito em suas respectivas áreas. O desequilíbrio ou enfraquecimento dessas carreiras resulta em injustiça e, conseqüentemente, enfraquecimento do nosso regime democrático.

Jornal da APESP - Vencida a primeira etapa de coleta das assinaturas necessárias, quais os próximos desafios para que a PEC 17/2024 seja exitosa?

Carlos Sampaio - Precisamos inserir o tema na ordem do dia do parlamento, o que é feito por meio da sensibilização de Deputados e Senadores para a legitimidade e importância deste pleito. Esta é uma pauta de Estado, que perpassa divisões ideológicas, traz benefícios aos Estados e, particularmente, à sociedade. Por outro lado, trata-se de emenda constitucional que não reduz qualquer atribuição dos Poderes Executivo ou Legislativo dos Estados, posto que continuará sendo prerrogativa do primeiro enviar o orçamento, com os ajustes necessários, às Assembleias Legislativas e, ao segundo, aprová-lo no plenário da Casa de Leis. É isso que faremos nos próximos meses.



Deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) em audiência com o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, e com a Secretária Geral, Isabelle Verza, no mês de fevereiro.

Agradeça ao seu Deputado pelo apoio à PEC 17

Além do autor da PEC 17/2024, Deputado Carlos Sampaio, mais 177 parlamentares subscreveram a proposta. A seguir, publicamos os signatários da PEC pela bancada paulista, com os respectivos contatos e indicação da base eleitoral principal, para agradecimento da carreira pelo apoio ao pleito.

Deputado Federal	Base eleitoral	Contato
Carlos Sampaio (PSD)	Campinas e Região	dep.carlossampaio@camara.leg.br
Saulo Pedroso (PSD)	Bragança Pta. e Região	dep.saulopedroso@camara.leg.br
Ricardo Silva (PSD)	Ribeirão Preto e Região	dep.ricardosilva@camara.leg.br
Renata Abreu (PODE)	Grande São Paulo	dep.renataabreu@camara.leg.br
Mário Frias (PL)	Capital de São Paulo	dep.mariofrias@camara.leg.br
Luiz Carlos Motta (PL)	Ribeirão Preto e Região	dep.luizcarlosmotta@camara.leg.br
Loreny (Solidariedade)	Taubaté e Vale do Paraíba	dep.loreny@camara.leg.br
Bruno Ganem (PODE)	Grande São Paulo	dep.brunoganem@camara.leg.br
Fausto Pinato (PP)	Fernandópolis e Região	dep.faustopinato@camara.leg.br
Mauricio Neves (PP)	São Caetano do Sul e ABC	dep.mauriconeves@camara.leg.br
Rodrigo Gambale (PODE)	Mogi das Cruzes e Região	dep.rodrigogambale@camara.leg.br
Jefferson Campos (PL)	Ourinhos e Região	dep.jeffersoncampos@camara.leg.br
Celso Russomanno (REP)	Grande São Paulo	dep.celsorussomanno@camara.leg.br
Marangoni (União)	Grande São Paulo	dep.marangoni@camara.leg.br
Antonio Carlos Rodrigues	Grande São Paulo	dep.antonioscarlosrodrigues@camara.leg.br

Peça apoio ao seu Deputado pelo apoio à PEC 17

A assinatura para o acolhimento de uma Proposta de Emenda Constitucional é apenas o primeiro passo para a tramitação da proposta. A partir desse momento, a atuação dos parlamentares na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na Comissão Especial destinada a discutir a PEC e, posteriormente, em plenário, são fases cruciais antes da aprovação final. Nesse sentido, é preciso solicitar apoio aos Deputados Federais do Estado de São Paulo em toda essa tramitação. No QRCODE ao lado, é possível acessar a lista da bancada paulista, com todos os contatos necessários.






Procuradores de São Paulo, associem-se à ANAPE - nossa entidade nacional!

Acesse o QR CODE ou o link anape.org.br/associe-se




Você já é associado da ANAPE? Associe-se e fortaleça a nossa luta nacional!

Em maio, a ANAPE – entidade representativa de todos dos Procuradores dos Estados e do DF – mostrou novamente o seu protagonismo no Congresso Nacional e o exercício da sua prerrogativa de ingressar com ações de interesse da carreira do Supremo Tribunal Federal:

- ✓ Em 13 de maio, o Deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) protocolou a PEC 17/2024, proposta pela ANAPE, que visa conceder autonomia orçamentária às PGEs. A proposta colheu 178 assinaturas – sete (7) a mais das 171 necessárias;
- ✓ Em 14 de maio, 400 Advogados Públicos de todo o Brasil lotaram o Congresso Nacional para lutar pela autonomia da Advocacia Pública. Os Procuradores do Estado, convocados pela ANAPE, fizeram sua parte no ato levando o pleito aos Deputados;
- ✓ Em 15 de maio, o Ministro do STF, Kássio Nunes deferiu liminar na ADI 7615, ajuizada pela ANAPE, para suspender a redução dos honorários dos Procuradores do Estado de Goiás nos casos de débitos tributários ajuizados.

Colegas de São Paulo, o fortalecimento da ANAPE é essencial para todos nós.

O custo da mensalidade é de apenas R\$ 65,00. Associe-se já no link <https://anape.org.br/associe-se> ou acesse o QR CODE.

APESP na Mídia: Folha de S. Paulo repercute apresentação da PEC 17/2024

A Coluna Painei, da Folha de S. Paulo, editada pelo jornalista Fabio Zanini destacou o protocolo da PEC 17/2024, que visa conceder autonomia orçamentária para as Procuradorias dos Estados e AGU. Leia abaixo:

Emenda que dá autonomia à advocacia pública é protocolada na Câmara

Uma proposta de emenda constitucional que dá autonomia à advocacia pública foi protocolada nesta segunda-feira (13) na Câmara dos Deputados.

A emenda atribui autonomia funcional, orçamentária e de prerrogativas aos advogados públicos e procuradores de estados, categorias responsáveis por defender os interesses de entes federativos em disputas judiciais.

Entre os autores da proposta estão os deputados federais Carlos Sampaio (PSD-SP), Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) e Alexandre Guimarães (MDB-TO). Representantes das carreiras afetadas estiveram em Brasília para se mobilizar pela emenda.

"Somos os advogados das políticas públicas, sempre visando o bem-estar social e o Estado de Direito", disse o presidente da Apesp (Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo), José Luiz Souza de Moraes.



FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★

Emenda que dá autonomia à advocacia pública é protocolada na Câmara

Uma proposta de emenda constitucional que dá autonomia à advocacia pública foi protocolada nesta segunda-feira (13) na Câmara dos Deputados.

A emenda atribui autonomia funcional, orçamentária e de prerrogativas aos advogados públicos e procuradores de estados, categorias responsáveis por defender os interesses de entes federativos em disputas judiciais.

Entre os autores da proposta estão os deputados federais Carlos Sampaio (PSD-SP), Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) e Alexandre Guimarães (MDB-TO). Representantes das carreiras afetadas estiveram em Brasília para se mobilizar pela emenda.

"Somos os advogados das políticas públicas, sempre visando o bem-estar social e o Estado de Direito", disse o presidente da Apesp (Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo), José Luiz Souza de Moraes.



PEC 10/2023: Advocacia Pública foi incluída em relatório aprovado na CCJ do Senado Federal

A APESP acompanhou, em 17 de abril, a sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal que aprovou, por 18 votos favoráveis e 7 contrários, o relatório do Senador Eduardo Gomes (SOLIDARIEDADE-TO) sobre a PEC 10/2023, que reestabelece os adicionais por tempo de serviço para a Magistratura e o Ministério Público.

A aprovação do parecer de Gomes representa uma vitória para a Advocacia Pública, que foi incluída na Proposta de Emenda Constitucional, desde que se haja uma opção pela atuação em dedicação exclusiva.

“Obtivemos uma grande vitória com a nossa inclusão na PEC 10/2023. Os Senadores da Comissão reconheceram o trabalho e a dedicação dos Advogados Públicos de todo o Brasil”, comemorou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

“Conseguimos, com muito trabalho ao longo dos últimos anos nos corredores e gabinetes do Senado Federal, convencer os parlamentares da tese da importância de se manter a isonomia entre as carreiras essenciais à Justiça”, completou Moraes.

A proposta não é terminativa e precisará ser apreciada no plenário do Senado Federal. No entanto, após ser discutida por quatro sessões, a PEC 10/2023 foi retirada de pauta pelo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, enquanto continuar a situação de calamidade no Estado do Rio do Sul e não houver acordo para votação da matéria. Posteriormente, caso aprovada, seguirá para a tramitação na Câmara dos Deputados.

Mobilização

Moraes e Pieroni na sessão da CCJ do Senado que aprovou o relatório da PEC 10/2023, com a inclusão da Advocacia Pública



Dirigentes da APESP e ANAPE com o Efraim Filho (PB), líder do UNIÃO, membro titular da CCJ



Dirigentes da APESP e ANAPE com o Senador Magno Malta (PL-ES), membro titular da CCJ

Aprovado o reconhecimento da atividade de risco para a Advocacia Pública



Diretor da APESP e ANAPE, Fabrizio Pieroni, com a Deputada Lorenny (SOLIDARIEDADE-SP) e com o Deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP)

Em 8 de maio, foi aprovado o PL 4015/2023, que reconheceu a Advocacia Pública como atividade de risco. Inicialmente, a proposta previa a prerrogativa apenas para o Poder Judiciário e Ministério Público.

Porém, a pedido da ANAPE, o Senador Efraim Filho (PB), líder do União, apresentou uma emenda redigida pela entidade nacional pela inclusão da Advocacia Pública.

A emenda foi acolhida no relatório do Senador Weverton (PDT-MA), na Comissão de Constituição e Justiça, e mantida no texto aprovado em plenário. A matéria retorna agora à Câmara dos Deputados, que é a Casa de origem do projeto de lei.

“Foi uma excelente conquista em prol da segurança e das prerrogativas dos Procuradores dos Estados e do DF. Além disso, mantivemos no Senado a paridade com as demais carreiras essenciais à Justiça”, afirmou o Diretor Financeiro da APESP e Legislativo da ANAPE, Fabrizio Pieroni, que acompanhou a votação do projeto de lei na Câmara dos Deputados.

APESP participa da sessão solene de posse do Procurador Geral de Justiça; Governador de SP comparece ao evento

O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, participou, em 24 de maio, na Faculdade de Direito da USP, da posse solene do Procurador Geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. Estiveram presentes na solenidade os chefes dos três Poderes do Estado: o Governador do Estado, Tarcísio de Freitas; o Presidente da ALESP, Deputado André do Prado; e o Presidente do TJ-SP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia.

Participaram também do evento a Procuradora Geral, Inês Coimbra; o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o Ministro do STF, Alexandre de Moraes; o Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes; o Presidente do TCE-SP, Renato Martins Costa; o Secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite; a Defensora Pública Geral, Luciana de Carvalho; e o Presidente do TRE-SP, Silmar Fernandes.



Presidente José Luiz, com o Governador Tarcísio de Freitas e a Procuradora Geral Inês Coimbra, na posse do Procurador Geral de Justiça



Presidente da ALESP, Deputado André do Prado, e o Presidente do TCE-SP, Renato Martins Costa, também prestigiaram a solenidade



APESP marca presença em evento para assinatura de acordos para desjudicialização das execuções fiscais

A Secretária Geral da APESP, Isabelle Maria Verza, representou a Associação no evento para assinatura de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), envolvendo o programa Execução Fiscal Eficiente, que foi realizado em 10 de maio, no Salão Nobre do TJ-SP.

Os acordos, que viabilizarão a extinção de cerca de dois milhões de processos de execução fiscal no estado ao longo dos próximos 12 meses, foram assinados pelo

Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, pela Procuradoria Geral do Estado, pelo Tribunal de Contas do Estado e por 81 prefeituras paulistas – incluindo a capital.

A mesa de trabalho foi composta pelo Presidente do STF e do CNJ, Roberto Barroso, pela Procuradora Geral, Inês Coimbra, pelo Presidente do TJ-SP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, pelo presidente



Secretária Geral Isabelle Verza representou a APESP no evento para celebração de convênios do programa Execução Fiscal Eficiente

do TCE-SP, conselheiro Renato Martins Costa, e pelo Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes.

Também prestigiaram o evento a Diretora Social e Cultural da APESP, Tatiana Gaiotto Madureira, o Subprocurador do Contencioso Tributário Fiscal, Danilo Barth Pires, e o Corregedor Geral da PGE-SP, Fabio Tribold Gastaldo.

APESP participa da 1ª reunião sobre a transparência do Fundo da VH

A APESP participou, em 6 de maio, na sede da PGE-SP, da primeira reunião sobre a transparência na gestão do Fundo da Verba Honorária. Nesse primeiro encontro, ficou demonstrado o aumento de arrecadação dos últimos anos, a evolução das receitas, as expectativas de despesas e os valores devolvidos (triplique) ao final de cada ano e o saldo acumulado do Fundo.

“Foi uma grande oportunidade para ficarmos cientes dos saldos e da evolução das receitas e despesas do fundo. Ele é totalmente saudável para fazer frente às despesas ordinárias já previstas em lei e, principalmente, das novas despesas que podem ocorrer devido aos projetos que foram aprovados na ALESP. Todos saíram da reunião bastante satisfeitos”, frisou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

Além de Moraes, representaram a Associação o Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni, e a Conselheira Assessora e Procuradora aposentada, Yara Escudero Paiva. Participaram da reunião os Conselheiros eleitos Gustavo Campos Abreu, Luisa de Oliveira Drumond, Paulo Henrique Silva Godoy, Rafael Modesto Rigato, Rafael Politi Esposito Gomes; e a Secretária Geral do SINDIPROESP, Anna Cândida, e a Vice-presidente Márcia Semer.

O GPGE foi representado pelo Procurador Geral Adjunto, Caio Guzzardi, e os colegas Renata Pugliese, Eduardo Fagundes e Virgilio Carbonieri. As próximas reuniões estão agendadas para os dias 5 de agosto e 4 de novembro.



Pleito da APESP e do “Movimento Fortalece PGE”

O pleito pela transparência do Fundo da VH foi apresentado como uma das prioridades pelo “Movimento Fortalece PGE – em defesa de quem defende São Paulo”, lançado na sessão do Conselho do dia 22 de março.

Na oportunidade, o Presidente da APESP, José Luiz, solicitou que um comitê para acompanhamento do Fundo da VH fosse criado em até 20 dias e que fosse estabelecido um cronograma de reuniões para possibilitar um amplo e periódico acompanhamento de sua execução, com a participação de representantes da Associação e do Conselho da PGE.

Em 10 de abril, Moraes despachou pessoalmente com a Procuradora Geral para reiterar a reivindicação de estabelecimento formal de um calendário com reuniões trimestrais. Na sessão do Conselho de 12 de abril, a Procuradora Geral, Inês Coimbra, acolheu o pedido e agendou o cronograma de reuniões para tal finalidade.

Em tributo às contribuições à Advocacia Pública, APESP concede Comenda Jubileu de Diamante

Em continuidade à comemoração aos 75 anos da APESP, a Diretoria concedeu no último trimestre a “Comenda Jubileu de Diamante” para diversas personalidades referenciais, que contribuíram na construção da história da APESP, da PGE-SP e da Advocacia Pública brasileira.

Luiz Duarte, um precursor das Procuradorias de Saúde do país

Em solenidade realizada no dia 20 de março, a APESP concedeu a “Comenda Jubileu de Diamante” ao Procurador do Estado, Luiz Duarte de Oliveira, que foi um dos precursores das Procuradorias de Saúde do país. O Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, destacou a trajetória do colega. “A atuação de Luís Duarte nos anos em que atuou no Contencioso não só possibilitou a economia de bilhões de reais e a construção de políticas públicas ao Estado de São Paulo, como também estabeleceu novos parâmetros de diálogo e a condução mais ética da Administração Pública paulista, sendo largamente copiado em outros Estados”. Moraes complementou emocionado: “muito além disso, o nosso querido colega foi uma verdadeira ‘escola’, com uma grande contribuição ao Direito e que moldou uma geração de advogados vocacionados à causa pública e à defesa dos interesses da sociedade”.

Um Augusto poeta em nossos Campos

Como é possível equilibrar um relevante trabalho em uma repartição pública e uma carreira artística premiadíssima e com reconhecimento internacional? Essa resposta é dada com uma clareza singular pelo poeta modernista, tradutor e ensaísta Augusto de Campos – um dos mais ilustres associados da APESP.

“A minha participação como Procurador do Estado foi sempre em um momento muito feliz da minha vida e eu consegui articular isso com a do homem sem profissão, que é o poeta. Espero que essa convivência seja frutífera para vocês como foi para mim. Eu acho que a poesia, as artes visuais, as artes musicais só enriquecem e enobrecem o ser humano”, ressaltou Augusto de Campos.

“Ao mesmo tempo, o estudo do Direito significa para nós a defesa da liberdade e da democracia. É um ramo da humanidade que devemos cultivar com muito afeto e respeito por traduzir a luta pela dignidade do ser humano, hoje tão hostilizada por forças mais conservadoras”, complementou o poeta. A mensagem foi transmitida por ocasião da visita que o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, fez em 25 de março ao associado para lhe entregar “Comenda Jubileu de Diamante”.



Participaram da homenagem o Presidente José Luiz Souza de Moraes, o Diretor Financeiro Fabrizio Pieroni, a Diretora de Esportes e Patrimônio Ana Paula Ferreira dos Santos e o Procurador Geral Adjunto Caio Guzzardi.

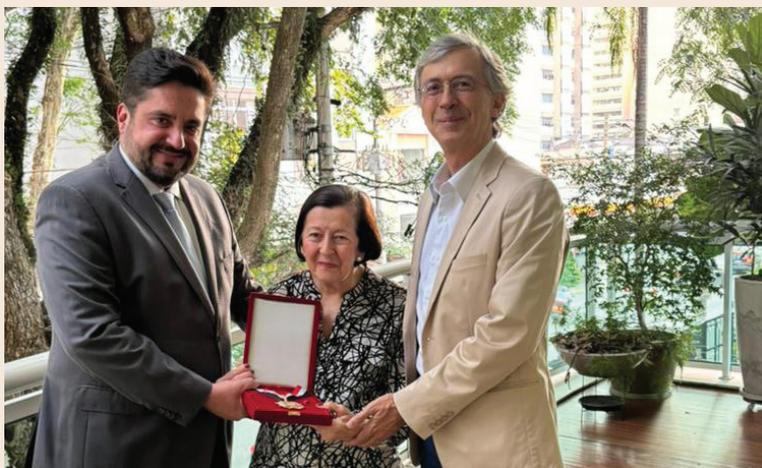


Presidente José Luiz com o colega Augusto de Campos. A visita foi acompanhada pela associada Márcia Machado, que foi colega de Augusto na Assessoria Técnico-Legislativa.

Augusto de Campos ingressou na PGE-SP, por meio de concurso público, em 1962, e aposentou-se em 2001. Foram 40 anos atuando na Assessoria Técnico-Legislativa, redigindo e analisando vetos, projetos de lei e outras normativas enviadas à Assembleia Legislativa.

“Essa comenda simboliza um agradecimento da nossa Instituição para as pessoas que engrandeceram a nossa carreira, a Advocacia Pública e deram notoriedade à nossa Procuradoria. O senhor fez isso com muita galhardia e qualidade técnica. É uma homenagem também à sua vida de poeta que orgulha não só a Procuradoria como também o Brasil internacionalmente”, celebrou Moraes.

Fernanda Dias Menezes de Almeida, um ícone de nossa Consultoria



Gratidão por tudo o que a Dra. Fernanda Menezes fez para a Procuradoria e para a Advocacia Pública paulista

Em 23 de abril, o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes homenageou a associada Fernanda Dias Menezes de Almeida com a “Comenda Jubileu de Diamante”. “Dra. Fernanda, é uma honra imensa para nós da PGE-SP e da APESP homenagearmos uma figura tão importante para a nossa história, para a Advocacia Pública e para o estudo do Direito. O seu Doutorado sobre competências constitucionais é uma referência até hoje para todos nós. Essa é uma pequena homenagem e uma forma de gratidão por tudo o que a senhora fez para a Procuradoria e para a Advocacia Pública paulista”, ressaltou Moraes. Fernanda Dias Menezes de Almeida ingressou na PGE-SP em 1981, quando foi classificada na Procuradoria Administrativa (PA) – órgão do qual ocupou os cargos de Procuradora Assistente e Procuradora Chefe. Foi ainda Subprocuradora Geral da Área de Consultoria.

Prefeito Edinho Silva, de Araraquara, um parceiro da Advocacia Pública

Em 25 de abril, o agraciado pela “Comenda Jubileu de Diamante”, foi o Prefeito de Araraquara, Edinho Silva. “O Prefeito tem grandes contribuições à Advocacia Pública paulista, especialmente quando, em seu primeiro mandato, criou a Procuradoria Geral do Município. Além disso, ao longo dos anos estabeleceu parcerias com a Procuradoria Regional de São Carlos (Seccional de Araraquara) em prol da atuação da PGE-SP nessa região do Estado”, salientou o Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes.

O Prefeito Edinho Silva externou sua alegria ao receber a comenda. “Fico muito feliz porque é uma categoria profissional que eu tenho muito respeito. Sempre fui um lutador pela Advocacia Pública. Onde temos Advocacia Pública, a sociedade civil tem um instrumento de luta pelos seus direitos. Guardarei essa honraria fisicamente com muito carinho, mas vou guardar eternamente no meu coração”, afirmou.



A solenidade, que ocorreu na sede da Prefeitura de Araraquara, foi acompanhada pelo Presidente da APESP, José Luiz Souza de Moraes, pela Secretária Geral, Isabelle Maria Verza, pelo Diretor Financeiro, Fabrizio Pieroni, e pelo Diretor de Assuntos Legislativos e Institucionais, Alexandre Ferrari Vidotti – que representou no ato a Procuradora Geral do Estado, Inês Coimbra, e a Procuradora Chefe da PR-12, Regina Marta Cereda.

Edinho Silva, em seu primeiro mandato como Prefeito, criou em 2006 a Procuradoria Geral do Município de Araraquara. Em 2017, alterou a Lei Orgânica da PGM para que o Procurador Geral passasse a ser escolhido entre os membros da carreira.

Com relação à PGE-SP, o Prefeito autorizou a parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Departamento Regional de Saúde do Estado para viabilizar laudos e pareceres técnicos aos Procuradores do Estado da PR-12, que atuavam à época em ações de saúde pública.

Ademais, firmou uma parceria com a PGE-SP, sem ônus, para disponibilização de estagiários de nível médio do Programa Jovem Cidadão, que auxiliam os colegas da Seccional de Araraquara no atendimento ao público e em serviços administrativos da Unidade.

Homenagens às personalidades do Poder Judiciário

Em audiências com o Presidente do TJ-SP, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia (em 8 de abril), e com o Ministro do STF, Cristiano Zanin (em 21 de maio), para tratar de assuntos de interesse da Advocacia Pública e de relações institucionais entre a APESP e os referidos Tribunais, o Presidente José Luiz aproveitou para entregar-lhes a “Comenda Jubileu de Diamante”.

O Desembargador Fernando Garcia disse ter ficado muito honrado com a visita da APESP e também pelo recebimento da láurea da maior entidade representativa dos Procuradores do Estado de São Paulo – uma carreira essencial à Justiça e à sociedade paulista.

O Ministro Cristiano Zanin externou a grande honra em receber a homenagem da APESP e afirmou ter ficado muito lisonjeado com a comenda pelos 75 anos da importante entidade representativa.

Associados da APESP curtem um sábado “Di Buteco” no Ipiranga

No sábado, 4 de maio, mais de 70 associados participaram do circuito do concurso “Comida di Buteco” com a APESP no bairro Ipiranga. A concentração teve início ainda pela manhã no Boteco do Chico, em uma primeira parada para degustar o petisco “Meu Rei Porpeta Baiana”. Na sequência, no Almirante Bar e Restaurante, os participantes apreciaram o combo “Os Favoritos”. Os colegas encerraram o dia nos “butecos”, com um descontraído happy hour no Bar do Mello.



CULTURAL

APESP promoveu visitas às exposições sobre Dali e Tutankamon

Em 22 de maio, a APESP promoveu uma visita à exposição “Desafio Salvador Dalí: Uma Exposição Surreal”, em cartaz no Museu de Arte Brasileira, na FAAP. Em 18 de abril, foi a vez da exposição “Tutankamon, uma Experiência Imersiva”, em cartaz no Shopping Cidade de São Paulo.

Os eventos (“visitas culturais” e o “comida di buteco”) foram organizados pela Conselheira Assessora, Yara de Campos Escudero Paiva, em colaboração à Diretoria Social e Cultural da APESP. Acesse os álbuns de fotos pelo QR CODE ao lado.



Visita à exposição “Desafio Salvador Dalí: Uma Exposição Surreal”

Balanço Geral do Estado de São Paulo: conheça os números da PGE-SP em 2023

A PGE-SP necessita de valorização e de melhores condições para que os Procuradores de São Paulo bem desempenhem suas funções em prol do Estado e da sociedade paulista.

Em razão disso, no mês de março, foi lançado o **"Movimento Fortalece PGE – em defesa de quem defende São Paulo"**, que tem entre seus pleitos a criação de uma carreira de apoio na PGE-SP, estrutura digna nas sedes da Procuradoria, melhoria dos sistemas de tecnologia e gestão dos processos e valorização remuneratória.

Em 2023, apesar dessas reais necessidades, os 779 Procuradores do Estado emitiram 13.692 pareceres jurídicos, acompanharam 1.276.437 milhão de processos e arrecadaram **R\$ 4,41 bilhões em dívida ativa – um índice 16,2% superior ao auferido em 2022.**

Apenas para ilustrar, o orçamento executado pela PGE-SP em 2023 foi de R\$ 1.863.217.764,39 bilhão. Ou seja, apenas em recuperação de débitos tributários – uma atribuição constitucional da Procuradoria – os Procuradores do Estado de São Paulo trouxeram aos cofres públicos 2,3 vezes a dotação da Instituição.

A seguir, publicamos uma compilação do "Balanço Geral do Estado de São Paulo - Contas do Exercício de 2023 (seção PGE-SP)":

- **Orçamento executado pela PGE-SP:** R\$ 1.863.217.764,39 (fonte: SIAFEM/SP).

Contencioso Geral

- Número de processos em acompanhamento: 1.276.437;
- Celebração de Acordos Judiciais e Termos de Ajustamento de Conduta: 103;
- Número de abstenção de interposição de recursos: 122.676;
- Cálculos realizados por contadores: 39.008;
- Entre as principais vitórias da área do Contencioso Geral, em 2023, destacaram-se: *i*) acórdão favorável para manter o edital do concurso público para provimento de 15 mil vagas de professor de ensino fundamental e médicos no quadro de Magistério da Secretaria da Educação; *ii*) extinção de ação que pleiteava indenização de , estimada em R\$ 118.269.443,61 em 2014, por suposto apossamento administrativo de área localizada no Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira – PETAR e *iii*) decisão favorável, em Reclamação Constitucional perante o STF, por meio da qual o Estado de São Paulo, na qualidade de sucessor da extinta DERSA, afastou condenação estimada em R\$ 12 milhões.

Contencioso Tributário-Fiscal

- Arrecadação da Dívida Ativa pelo Contencioso Tributário Fiscal: R\$ 4,41 bilhões;
- Índice de Recuperação da Dívida Ativa (acervo geral): 2,47%;
- Razão de Recuperação Presente da Dívida Ativa (débitos mais novos): 5,10%;
- Protestos de Certidões de Dívida Ativa: 1.972.523 (R\$ 14.951.429.014,13 bilhões), com arrecadações efetiva de R\$ 2.209.719.466,52;
- Inscrição de débitos em Dívida Ativa: 3.738.325, no montante total de R\$ 29,3;
- Em consequência das atividades do GAER-FIS, foram obtidos os seguintes resultados em 2023: *i*) incidentes de desconsideração da personalidade jurídica (R\$ 1.637.116.346,39), *ii*) ações cautelares fiscais (R\$ 220.827.702,51), *iii*) habilitação de crédito em falência (R\$ 1.111.567.673,08), *iv*) ativos financeiros bloqueados (R\$ 105.887.647,01), *v*) imóveis bloqueados (R\$ 340.300.000,00), *vi*) veículos

bloqueados (R\$ 28.055.751,00) e *vii*) aeronave bloqueada (R\$ 25.000.000,00). Os casos sob acompanhamento do GAERFIS também ensejaram transações tributárias no valor total de R\$ 380.175.668,95 e parcelamentos no valor integral de R\$ 104.493.033,59.

Consultoria e Assessoria Jurídica

- Número de Pareceres Jurídicos emitidos pela Consultoria Geral: 13.692;
- Notas Técnicas: 18;
- Assistência de Gestão de Imóveis: 352 pareceres;
- Procuradoria Administrativa: 59 pareceres;
- Procedimentos Disciplinares Presididos: 4.861;
- Edição de 1.181 portarias instauradoras de processos disciplinares;
- Conclusão de 1.544 sindicâncias/processos disciplinares;
- Realização de 3.086 audiências e de 6.479 depoimentos;
- Elaboração de 25 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse do Estado;
- Elaboração de 4.321 manifestações e 42 pareceres jurídicos na representação e defesa do Estado perante o TCE/SP;
- Entre as relevantes contribuições dos Procuradores da Consultoria, destacaram em 2023: *i*) acompanhamento dos estudos e da modelagem final referente ao projeto de PPP do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte; *ii*) acompanhamento da licitação e assinatura do contrato relativa à PPP do Rodoanel Norte; *iii*) assessoramento jurídico à Secretaria de Parcerias em Investimentos no acompanhamento dos contratos de PPP da Linha 4 e da Linha 6, ambas do Metrô/SP, e dos contratos de concessão das Linhas 5 e 17 do Metrô/SP e das Linhas 8 e 9 da CPTM; *iv*) assessoramento jurídico relativo à modelagem preliminar da PPP do Túnel Santos Guarujá e *v*) auxílio e assessoramento jurídico na desestatização da SABESP e EMAE.

Assessoria Jurídica do Gabinete (AJG)

- 382 Pareceres elaborados;
- 233 Despachos;
- 99 Cotas;
- 84 Minutas de Decreto;
- 69 Informações em Mandados de Segurança;
- 01 Informação em Mandados de Injunção;
- 09 Respostas a Ofícios de Órgãos de Controle;
- 01 Informação em ADPF.

Por meio da Resolução PGE nº 16/2018, a AJG passou a responder pela Consultoria Jurídica do Governo, tendo, no ano de 2023, desempenhado as seguintes atividades:

- 333 Pareceres;
- 243 Despachos;
- 101 Cotas;
- 15 Pareceres referenciais;
- 06 Minutas de Decreto;
- 04 Informações em Mandados de Segurança;
- 15 Informações ao Serviço de informações ao Cidadão.

Assessoria Técnico-Legislativa (ATL)

- Análise de 359 Autógrafos expedidos pela Mesa da Assembleia Legislativa;
- Elaboração de 37 Notas Técnicas, 121 Cotas e 18 Pareceres;
- Análise de 93 anteprojetos;
- Elaboração de 25 manifestações da PGE-SP em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face de legislação estadual.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal direto de comunicação entre a PGE e os usuários de seus serviços para receber queixas, reclamações e sugestões. Em 2022, o órgão proferiu 15.035 manifestações.